

Gros pediu conversão de juros em investimento

A fim de evitar problemas com oscilações bruscas das taxas de juros no sistema financeiro internacional, o governo brasileiro defenderá junto aos credores estrangeiros salvaguardas para pagamento do serviço da dívida externa, disse ontem, no Rio, o presidente do Banco Central, Francisco André Gros, ao acrescentar que consta na proposta a conversão de parte dos juros da dívida em investimento de capital.

Desde que o Brasil determinou a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, no dia 20 de fevereiro último, deixou de enviar para o Exterior cerca de US\$ 500 milhões.

Para Gros, a manutenção desses recursos no País é importante para o processo de desenvolvimento econômico, pois o Brasil não pode mais continuar como exportador de capital, a exemplo do que ocorreu nos dois últimos anos, quando remeteu para o Exterior US\$ 24 bilhões e só recebeu US\$ 2 bilhões. O presidente do Banco Central ressaltou que o Brasil manterá uma postura de firmeza nas negociações de dívida com os seus credores, sempre partindo da premissa de que o mais importante é o desenvolvimento econômico. "Acho que os credores têm demonstrado consciência de que, para saírem da situação atual, os países devedores têm de crescer, e têm de ter financiamento para executar seus projetos de crescimento", acrescentou.

Segundo Gros, sua recente viagem ao

Exterior foi bastante útil no sentido de o Brasil expor seus problemas claramente junto aos credores. No entanto, qualquer processo futuro de reajuste terá de ser compartilhado com as instituições credoras, sejam oficiais ou privadas, "porque no passado sempre nos foi debitado todo o custo da dívida, razão porque achamos que é hora para mudar, procurando sempre agilizar o fluxo de recursos para o País".

Para o presidente do Banco Central, o Brasil voltará a pagar seus compromissos financeiros no Exterior "tão logo seja possível", perspectiva que não impedirá a renovação de empréstimos vencidos, porque "esse também é o interesse dos nossos credores". Também fez questão de explicar que o País suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa "não como uma forma

de agredir quem quer que seja, mas para resguardar suas reservas".

O presidente do Banco Central, Francisco André Gros também desmentiu que o Citibank venha a colocar em cobrança créditos concedidos ao Brasil já considerados não-produtivos, "notícias cujas múltiplas interpretações provocaram transtornos no mercado financeiro internacional". Segundo explicou, o Citicorp, empresa controladora do banco, está fazendo uma colocação de uma emissão de seus títulos no mercado norte-americano, prática que exige a apresentação de um prospecto ao público investidor, contendo um perfil da empresa emissora, inclusive "a situação do Brasil, visto que estávamos em todas as manchetes de jornais".

Acrescentou que esse tipo de informação ao mercado é uma exigência normal determinada pela Security Exchange Commission (uma espécie de Comissão de Valores Mobiliários nos EUA). Segundo o prospecto do City, o Brasil tinha suspenso seus pagamentos, não sabia quando esses pagamentos serão retomados e, caso não sejam retomados no prazo de 90 dias, o banco poderá vir a fazer provisões sobre o seu portfolio (carteira de títulos em empréstimos) brasileiro. Gros ressaltou que o maior credor estrangeiro brasileiro só fará provisão dos créditos não-produtivos após esgotadas todas as possibilidades de acordo com outras formas de débitos.



Gros: firmeza nas negociações.